

3 ABR 1990

A hora da chantagem

Divida externa

Márcio Moreira Alves *

Os franceses, dados a pompas e a desfiles, buscam imortalizar os seus gênios enterrando-os no Pantheon, em frente à Sorbonne, depois de encomendar-lhes a alma com uma missa solene em Notre Dame. Os americanos são muito mais práticos. Inventaram o artigo de capa de revista, invenção inspirada na prudência e na economia. Afinal, é mais fácil esqüecer um personagem cuja reputação esfumou-se no tempo, se o seu registro ficou apenas no papel de uma cobertura semanal, do que se o seu nome estiver gravado na pedra de um sepulcro. E é também homenagem mais barata, custeada não pelos contribuintes, mas pelos assinantes, com a vantagem de permitir uma certa hierarquia: uma capa de *Playboy* não só vale menos do que a do *Newsweek* como, dizem, dá azar. E, pairando acima de todas, reluzente de glória, está a capa do *Time*. Fernando Collor de Mello mereceu, há dias, essa consagração, embora limitada à edição latino-americana da revista.

A reportagem apresentou-o de maneira desvanecedora, ainda que por vezes irônica. Essa consagração provavelmente representa o auge da lua-de-mel dos governantes conservadores e do sistema de comunicações que os apóia com o governo Collor. O aplauso que colhe é fundado no seu plano de combate à inflação e, sobretudo, na nova política industrial, que prevê a privatização das estatais e a abertura do mercado bra-

sileiro a importações. Ou seja: à adoção de um figurino econômico que corresponde estruturalmente às recomendações do FMI, embora delas difira em alguns pontos.

Um dos pontos em que a política do governo Collor difere do receituário do FMI está no tratamento a ser dado ao problema da dívida externa. No passado, o Fundo sempre agiu como a polícia dos bancos credores, obrigando os países endividados a adaptarem todas as suas variáveis internas ao pagamento integral do serviço da dívida. Ao longo da última década, tornou-se evidente até mesmo para o governo dos Estados Unidos que essa meta era impossível de ser alcançada e que o custo político de continuar a persegui-la poderia ser alto, facilitando a ascensão ao poder de governos de esquerda ou hipernacionalistas, como ocorreu no Peru e só deixou de acontecer no México, em virtude de uma monumental fraude eleitoral. Com o susto mexicano — nada pior poderia haver para o Governo Bush do que um novo presidente Cardenas na sua fronteira sul — inventou-se o Plano Brady e começaram-se a aceitar abatimentos no estoque da dívida. Estabeleceu-se assim um precedente que, na prática, proíbe o governo brasileiro de retomar o pagamento do serviço da dívida, interrompido pelo governo Sarney. O presidente Collor, mesmo se o desejasse, não poderia justificar politicamente retomar o pagamento integral de uma dívida que não vale mais o que os bancos dizem que vale.

Os bancos credores, metidos em

imensas inadimplências no mercado imobiliário norte-americano, fingem não reconhecer essa realidade gritante. No passado, alguns deles — o Citibank, por exemplo, que é o credor maior — retiravam do Brasil um quinto dos seus lucros. Em consequência, utilizando o poder das suas gigantescas verbas publicitárias e a liderança ideológica que têm sobre parte do empresariado nacional, deslancharam uma enorme onda de pressões.

O Brasil jamais deixou de pagar seus créditos, embora nos cobrem escorchantes sobrejuros que são para os bancos um negócio maravilhoso

As três visitas que o Sr John Reed, presidente do Citibank, já fez ao Brasil este ano são a ponta mais visível dessa campanha. Embora apenas parte de um conjunto maior, vale a pena examinar a estratégia do Sr Reed para se ter uma idéia do que esperam os negociadores brasileiros da dívida externa e o próprio governo Collor nas suas relações futuras com o sistema bancário internacional.

Chama-se *pidglinglish* o dialeto de inglês misturado com línguas nativas que se fala em algumas ex-colônias britânicas, especialmente em Hong-Kong e no Caribe. Mister Reed fala *pidginportuguese*, uma mistura de argentino e brasileiro que, no entanto, é suficientemente inteligível para ser posta no ar ao vivo pelos noticiários de televisão. Aproveitando o 75º aniversário da implantação no Brasil do banco que dirige, desencadeou a sua ofensiva sobre as elites nativas com uma entrevista nas páginas amarelas da revista *Veja*. Em seguida, reuniu a fina flor da plutocracia paulista para um almoço regado a discurso de sobre-mesa em tom catastrófico. Complementou a sua estrondosa presença na mídia, tão contrastante com os discretos hábitos dos banqueiros, com uma entrevista coletiva na sede de sua empresa na Avenida Paulista.

A essência da mensagem do sr. Reed é a seguinte: o Brasil teria deixado de receber 3 bilhões de dólares em novos créditos por ter parado de pagar o serviço da dívida e, se continuar a não pagá-lo, os créditos a curto prazo que financiam as nossas exportações serão suspensos, o que levará o nosso comércio exterior ao estrangulamento em prazo relativamente breve. Essas afirmações, confrontadas com os fatos, distanciam-se léguas da verdade. Quando retomamos o pagamento do serviço da dívida após a moratória declarada por Dilson Funaro em virtude do esgotamento das nossas reservas, não rece-

bemos um centavo de dinheiro novo. E o Brasil jamais deixou de pagar os seus créditos de curto prazo, embora nos cobrem escorchantes sobrejuros que são para os bancos um negócio maravilhoso. Tão maravilhoso que dele nenhum banco jamais abriu mão.

Apesar da contradição entre as afirmações do Sr. Reed e os fatos, já existem sinais da eficácia do seu discurso sobre segmentos das elites brasileiras, sobretudo dos representantes do sistema financeiro, parceiros nos lucros dos bancos credores. Correspondentes brasileiros em Nova Iorque ligados a esse sistema começam a vaticinar fracassos das negociações com o FMI e com o Clube de Paris. O embaixador Jório Dauster, inatacável do ponto de vista da probidade pessoal da sua capacidade de negociador, passa a ser alvo de tentativas de destruição de imagem. E os tradicionais economistas ligados aos meios financeiros nova-iorquinos deslancham os conselhos de que é melhor fazer um pagamento "simbólico" de algumas centenas de milhões de dólares do que incorrer na ira dos senhores de Wall Street e da Quinta Avenida.

Tudo isso, por enquanto, é mero jogo de cena. Mas prenuncia o jogo bruto. Portanto, é bom que a equipe de negociadores aperte o cinto e avise o presidente Collor de que entrou em turbulência. A hora da chantagem chegou.